

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2011

# Demonstrações Contábeis **2011**

## Sumário

Balancos Patrimoniais	02
Demonstrações de Resultados	04
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	05
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto	06
Demonstrações dos Valores Adicionados	07
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	08
Administração	22
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis	22
Parecer do Conselho Fiscal	24

# Balancos Patrimoniais

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	90.082	80.767
Aplicações financeiras vinculadas	5	32.557	31.504
Contas a receber:			
Sistema Petrobras	7a	91.593	74.741
Tributos antecipados		91.778	66.147
Demais ativos circulantes		<u>8.735</u>	<u>5.926</u>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b><u>314.765</u></b>	<b><u>259.085</u></b>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	55.487	90.846
Depósitos judiciais		<u>494</u>	<u>494</u>
		<u>55.981</u>	<u>91.340</u>
Imobilizado	6	<u>2.621.884</u>	<u>2.784.050</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b><u>2.677.865</u></b>	<b><u>2.875.390</u></b>
<b>Total do ativo</b>		<b><u>2.992.630</u></b>	<b><u>3.134.475</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		20.049	39.934
Provisão para imposto de renda e contribuição social	9	82.841	74.956
Contas a pagar, incluindo adiantamentos - empresas do Sistema Petrobras	7a	74.898	105.188
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	7b	2.907	2.711
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	8	78.639	68.240
Dividendos a pagar	10	206.073	152.776
Outras contas a pagar		35.128	29.882
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>500.535</b>	<b>473.687</b>
<b>Não circulante</b>			
Contas a pagar, incluindo adiantamentos - empresas do Sistema Petrobras	7a	939.968	917.269
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	7b	176.843	157.083
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	8	244.833	286.688
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	115.376	173.230
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.477.020</b>	<b>1.534.270</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	10		
Capital social		203.288	203.288
Reservas de lucros		753.860	902.006
Dividendo adicional proposto		57.927	21.224
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.015.075</b>	<b>1.126.518</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>2.992.630</b>	<b>3.134.475</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Demonstrações de Resultados

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>728.335</b>	<b>722.434</b>
Depreciação do gasoduto e de bens operacionais	(144.037)	(123.025)
Custo de operação e manutenção	(149.728)	(121.694)
<b>Total do custo dos serviços prestados</b>	<b>(293.765)</b>	<b>(244.719)</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>434.570</b>	<b>477.715</b>
<b>Receitas (Despesas) operacionais</b>		
Honorários da Diretoria e do Conselho de Administração	(3.783)	(2.923)
Despesas gerais e administrativas	(58.887)	(57.091)
Despesas financeiras	(78.272)	(82.773)
Receitas financeiras (Nota 5)	19.400	79.110
(Perdas)/Ganhos na variação cambial de passivos	130.349	47.836
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(251.891)</b>	<b>(15.841)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>182.679</b>	<b>461.874</b>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 9)	(60.345)	(155.104)
<b>Lucro antes das participações dos empregados</b>	<b>122.334</b>	<b>306.770</b>
Participações dos empregados	(6.480)	(6.700)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>115.854</b>	<b>300.070</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Lucros a realizar	Especial			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>203.288</b>	<b>40.658</b>	<b>385.158</b>	<b>350.120</b>	-	-	<b>979.224</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	300.070	300.070
Destinação do lucro:							
Reserva de lucros a realizar	-	-	(2.742)	-	-	2.742	-
Reserva especial	-	-	-	128.812	-	(128.812)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	21.224	(174.000)	(152.776)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>203.288</b>	<b>40.658</b>	<b>382.416</b>	<b>478.932</b>	<b>21.224</b>	<b>-</b>	<b>1.126.518</b>
Autorização da AGO 28/03/11 para pagamento	-	-	-	-	(21.224)	-	(21.224)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	115.854	115.854
Destinação do lucro:							
Realização de reservas	-	-	(133.306)	(14.840)	-	148.146	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	57.927	(264.000)	(206.073)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>203.288</b>	<b>40.658</b>	<b>249.110</b>	<b>464.092</b>	<b>57.927</b>	<b>-</b>	<b>1.015.075</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	2011	2010
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	115.854	300.070
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício e o caixa proveniente das atividades operacionais</b>		
Depreciação do gasoduto e de bens operacionais	144.037	123.025
PIS/COFINS - recuperado do imobilizado, para o circulante	60.779	-
Encargos financeiros e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	208.621	(33.994)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(22.495)	84.112
Depreciação de outros itens e demais ajustes	2.081	4.379
<b>Variações em ativos e passivos correntes</b>		
Aumento de contas a receber	(17.981)	(132.721)
Redução/(Aumento) nos demais ativos circulantes	(27.310)	28.974
Aumento de fornecedores e demais passivos de curto prazo	(19.378)	(93.958)
Total de ajustes e variações em ativos e passivos correntes	328.354	(20.183)
<b>Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais</b>	<b>444.208</b>	<b>279.887</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
(Aumento)/Redução nos depósitos vinculados	(1.073)	8.532
(Pagamentos a)/Recebimentos de empresas do Sistema Petrobras	(70.354)	39.207
Pagamento de juros a empresas do Sistema Petrobras	(26.134)	(28.819)
Pagamento de juros dos empréstimos subordinados aos demais acionistas	(23.705)	(24.596)
Dividendos pagos atualizados	(187.193)	(191.158)
Pagamento de juros de financiamentos de agências multilaterais de crédito	(11.917)	(18.253)
Amortização de financiamentos de agências multilaterais de crédito	(68.986)	(69.367)
<b>Recursos utilizados nas atividades de financiamento</b>	<b>(389.362)</b>	<b>(284.454)</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Adições ao imobilizado	(45.531)	(176.034)
<b>Recursos utilizados nas atividades de investimento</b>	<b>(45.531)</b>	<b>(176.034)</b>
<b>Aumento/(Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>9.315</b>	<b>(180.601)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>80.767</b>	<b>261.368</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>90.082</b>	<b>80.767</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Demonstrações dos Valores Adicionados

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Receitas</b>		
Serviços de transportes	877.726	864.029
Outras receitas	3.324	3.233
	<u>881.050</u>	<u>867.262</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Custo dos serviços prestados	(111.748)	(88.330)
Materiais, energia, serviços e outros	(23.199)	(22.082)
	<u>(134.947)</u>	<u>(110.412)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b><u>746.103</u></b>	<b><u>756.850</u></b>
<b>Retenções</b>		
Depreciação do gasoduto e de bens operacionais	(144.037)	(123.025)
Depreciação de outros itens	(2.762)	(4.379)
	<u>(146.799)</u>	<u>(127.404)</u>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b><u>599.304</u></b>	<b><u>629.446</u></b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Ganho com variação cambial	-	47.836
Receitas financeiras	19.400	79.110
	<u>19.400</u>	<u>126.946</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b><u>618.704</u></b>	<b><u>756.392</u></b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal e encargos	80.744	73.238
Impostos e contribuições federais	140.634	218.615
Impostos estaduais	72.851	81.696
Instituições financeiras - despesas e variações cambiais	208.621	82.773
Lucro líquido do exercício	115.854	300.070
	<u>618.704</u>	<u>756.392</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

### 1) Contexto operacional

A Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG ("Companhia") é uma sociedade anônima constituída em 18 de abril de 1997 pela Petrobras Gás S.A. - GASPETRO, sua controladora, que por sua vez é uma subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, que detém 99,9% do seu capital. A Companhia tem sede no Estado do Rio de Janeiro e três gerências regionais localizadas nas cidades de Campo Grande - MS, Campinas - SP e Florianópolis - SC.

A principal atividade econômica da TBG é a operação do Gasoduto Bolívia-Brasil - GASBOL, de sua propriedade, no lado brasileiro. Atividades associadas ao transporte de gás natural na sua região geoeconômica de influência, incluindo telecomunicação por fibra ótica, também estão contempladas no objeto social da Companhia.

O Gasoduto Bolívia-Brasil percorre 3.150 km desde Rio Grande, na Bolívia, até Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, dos quais 557 km no lado boliviano e 2.593 km no lado brasileiro. A capacidade de transporte do gasoduto é de 30 milhões de m<sup>3</sup>/dia.

A operação do trecho norte, que se estende desde a fronteira do Brasil com a Bolívia até o Estado de São Paulo, foi iniciada em julho de 1999 e, a do trecho sul, ligando o Estado de São Paulo ao Estado do Rio Grande do Sul, em abril de 2000.

A recuperação dos investimentos no Gasoduto Bolívia-Brasil está garantida pelos contratos de serviços de transporte com duração de 20 a 40 anos, resumidos a seguir, na modalidade *ship or pay*, na qual os clientes se obrigam a pagar pela capacidade de transporte contratada, independentemente do volume transportado.

Quanto ao relacionamento da TBG com a controladora da Gaspetro, que envolve transações comerciais relativas ao transporte de gás natural, são realizadas por preços ajustados em contratos do tipo *ship or pay* de longo prazo. Pela especificidade do

empreendimento não há referencial de preço de mercado que possa ser usado neste caso, entretanto as tarifas firmadas suportam a recuperação econômica do Gasoduto Bolívia-Brasil.

**(i)** Contrato de transporte de quantidades básicas (TCQ) - para 18 milhões de m<sup>3</sup>/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2019;

**(ii)** Contrato de transporte de quantidades adicionais (TCO) - para 6 milhões de m<sup>3</sup>/dia, com pagamento antecipado e prazo de duração de 40 anos e vigência até setembro de 2041;

**(iii)** Contrato de transporte de quantidades complementares (TCX) - para 6 milhões de m<sup>3</sup>/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2021; e

**(iv)** Contrato de transporte resultante do Concurso Público de Alocação da Capacidade - CPAC 2007 - para uma capacidade adicional de 5,2 milhões de m<sup>3</sup>/dia no trecho sul do gasoduto, entre Paulínia e Araucária, com prazo de duração de 20 anos e vigência até setembro de 2030.

As operações da Companhia são basicamente efetuadas com empresas do sistema Petrobras.

### 2) Base de preparação

#### a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que incluem as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e foram preparadas com base no custo histórico como base de valor com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 10 de fevereiro de 2012.

#### b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em

Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e incertezas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 6 - Imobilizado - quanto ao tempo estimado de vida útil dos ativos

Nota 9 - Impostos e contribuições sociais - quanto à recuperabilidade de tributos

Nota 11 - Contingências

Nota 12 - Instrumentos financeiros

## 3) Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis a seguir descritas foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

### a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

As receitas são reconhecidas com base no volume de gás natural contratado na modalidade *ship or pay* e as despesas e custos são reconhecidos quando incorridos.

### b. Receita operacional e custo

O resultado inclui os rendimentos, encargos e variações cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

### c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizada pela Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o valor da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

### d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

### e. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos podem ser classificados nas seguintes categorias:

- Instrumentos mantidos até o vencimento;
- Instrumentos disponíveis para venda;
- Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado;
- Empréstimos e recebíveis;
- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia possui instrumentos financeiros não derivativos incluindo:

- Instrumentos disponíveis para venda que incluem aplicações financeiras (Notas Explicativas nºs 4 e 5). Estas aplicações estão avaliadas pelo valor justo, com os rendimentos apropriados ao resultado;
- Empréstimos e recebíveis que incluem as contas a receber e outros créditos;
- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

## f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

### i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

### ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, estoques, ativo imobilizado e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perda de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.

## g. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da depreciação acumulada, combinado com os seguintes aspectos:

- Durante a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, período pré-operacional da TBG, os juros e demais encargos financeiros dos recursos provenientes dos financiamentos aplicados na construção, líquidos das receitas financeiras, foram acrescidos ao custo do bem;

- A depreciação dos bens do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, pelos prazos mencionados na Nota Explicativa nº 6, que levam em consideração as suas respectivas vidas úteis econômicas;

Com base nas projeções, do modelo econômico da Companhia, não foi identificada necessidade de provisões para perdas na realização do ativo imobilizado (*impairment*).

## h. Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo valor de realização.

## i. Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

- Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

- Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

Os custos do patrocínio do plano de pensão da TBG, na modalidade de Contribuição Definida, são equivalentes à contribuição ordinária mensal dos participantes não gerando déficits (superávits).

## j. Empréstimos e financiamentos

São atualizados, de acordo com as cláusulas contratuais, pelas variações cambiais e juros incorridos até a data do balanço e são mensurados pelo custo amortizado.

## k. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados, com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e alíquota de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

Os ativos fiscais diferidos são decorrentes de prejuízo fiscal de exercícios anteriores a compensar e de diferenças temporárias, entre os valores de ativos e passivos registrados contabilmente pelo regime de competência, e os valores permitidos para uso pela legislação tributária.

A compensação de prejuízos fiscais é limitada a 30% do lucro tributável do exercício, e não possui prazo prescricional.

A contabilização do ativo fiscal diferido leva em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

## l. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente do grupo que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas.

O segmento operacional da Companhia está representado pela atividade de transporte de gás natural.

## m. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP.

## n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

O processo de convergência das políticas contábeis no Brasil às normas internacionais prevê a adoção de diversas normas, emendas às normas e interpretações do IFRS, emitidas pelo IASB, que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, conforme a seguir:

Emissão	Descrição	Vigência a partir de exercícios iniciados em ou após:
IFRS 10	“Demonstrações Contábeis Consolidadas” ( <i>Consolidated Financial Statements</i> ). Estabelece os princípios para preparação e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas, quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.	1ª de janeiro de 2013
IFRS 11	“Acordos Conjuntos” ( <i>Joint Arrangements</i> ). Estabelece os princípios para reporte financeiro de entidades que sejam partes de acordos conjuntos.	1ª de janeiro de 2013
IFRS 12	“Divulgações de Participações em Outras Entidades” ( <i>Disclosure of Interests in Other Entities</i> ). Consolida todos os requerimentos de divulgações que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou mais outras entidades.	1ª de janeiro de 2013
IFRS 13	“Mensuração a Valor Justo” ( <i>Fair Value Measurement</i> ). Define valor justo, explica como mensurá-lo e determina o que deve ser divulgado sobre essa forma de mensuração.	1ª de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 1	“Apresentação de Itens dos Outros Resultados Abrangentes” ( <i>Presentation of Items of Other Comprehensive Income</i> ). Requer que sejam agrupados em Outros Resultados Abrangentes os itens que poderão ser reclassificados para lucros ou prejuízos na demonstração de resultado do exercício.	1ª de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 19	“Benefícios a empregados” ( <i>Employee Benefits</i> ). A nova versão do IAS 19 elimina o “método do corredor” para reconhecimento de ganhos ou perdas atuariais, simplifica a apresentação de variações em ativos e passivos de planos de benefícios definidos e, amplia os requerimentos de divulgação sobre planos de benefícios definidos.	1ª de janeiro de 2013
Emenda ao IFRS 7	“Divulgações - Compensando Ativos e Passivos Financeiros” ( <i>Disclosures - Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities</i> ). Estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros.	1ª de janeiro de 2013
Emendas aos IFRS 9 e 7	“Data Obrigatória de Entrada em Vigor do IFRS 9 e Divulgações de Transição” ( <i>Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures</i> ). Postergam a data de entrada em vigor do IFRS 9 para 2015. Eliminam também a obrigatoriedade de republicação de informações comparativas e requerem divulgações adicionais sobre a transição para o IFRS 9.	1ª de janeiro de 2015

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor.

A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações contábeis.

#### 4) Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixas e bancos	(256)	178
Aplicações financeiras de curto prazo	90.338	80.589
	<u>90.082</u>	<u>80.767</u>

As aplicações são mantidas no Banco do Brasil S.A. e estão representadas por quotas de fundos de renda fixa, que apresentaram valorização de 11,4% no exercício (7,6% em 2010), as quais são resgatáveis pelo valor da quota do dia da solicitação de resgate.

#### 5) Aplicações financeiras vinculadas

As aplicações financeiras vinculadas são mantidas no Banco do Brasil S.A. e estão representadas por quotas de fundo cambial e de renda fixa, constituídas para garantir o pagamento do serviço da dívida em moeda estrangeira. O fundo cambial apresentou valorização de 15,6%

(desvalorização de 5,2% em 2010), enquanto a valorização do dólar foi de 12,6% (desvalorização de 4,3% em 2010).

Do total das aplicações financeiras vinculadas em 31 de dezembro de 2011, o montante de R\$ 32.012 (R\$ 30.986 em 2010) se destina ao pagamento do serviço da dívida dos financiamentos de agências multilaterais de crédito e dos contratos de financiamento de materiais e equipamentos repassados pela Petrobras à TBG, e R\$ 565 (R\$ 518 em 2010) destinam-se a projetos específicos de preservação do meio ambiente.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os ativos do fundo cambial eram compostos substancialmente por títulos públicos federais.

As receitas financeiras estão assim demonstradas:

	2011	2010
Ganhos/(Perdas) nas aplicações no fundo cambial	8.326	(2.353)
Juros sobre faturas	8	3.044
Juros revertidos da dívida subordinada e gastos de construção	-	67.740
Receita nas aplicações de renda fixa	11.066	10.679
	<u>19.400</u>	<u>79.110</u>

#### 6) Imobilizado

	Tempo estimado de vida útil (anos)	2011			2010
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Gasoduto Bolívia-Brasil (i)	30	4.187.331	(1.659.237)	2.528.094	2.581.074
Imóveis e benfeitorias	10 a 25	12.192	(4.313)	7.879	7.342
Móveis, equipamentos e instalações de escritório	10	4.510	(2.904)	1.606	1.942
Máquinas e equipamentos operacionais	10	18.848	(12.313)	6.535	7.949
Equipamentos e instalações de processamento de dados	5	31.733	(28.248)	3.485	4.704
Equipamentos e instalações de comunicação	5	5.070	(4.306)	764	1.193
Veículos	5	74	(74)	-	-
Imobilizado em andamento (ii)		33.108	-	33.108	143.748
Estoque de sobressalentes (iii)		40.413	-	40.413	36.098
		<u>4.333.279</u>	<u>(1.711.395)</u>	<u>2.621.884</u>	<u>2.784.050</u>

(i) A vida útil-econômica do Gasoduto Bolívia-Brasil foi determinada com base em laudo técnico de engenharia.

(ii) O imobilizado em andamento inclui construção de novas estações de entrega e melhorias operacionais no gasoduto.

(iii) Os estoques de sobressalentes são apresentados dentro do imobilizado devido sua utilização ser exclusiva para reparos no gasoduto, tendo característica de longo prazo de duração, sendo aplicáveis tanto em manutenções rotineiras quanto emergenciais.

	Gasoduto Bolívia Brasil	Ativos em construção	Equipamentos e outros bens de operação	Imóveis, instalações e outros bens	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	2.258.776	432.026	32.895	17.075	2.740.772
Adições	-	167.371	7.869	794	176.034
Transferências	442.696	(455.649)	12.330	623	-
Baixas	-	-	(5.352)	-	(5.352)
Depreciação	(120.398)	-	(2.627)	(4.379)	(127.404)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	2.581.074	143.748	45.115	14.113	2.784.050
Adições	-	37.268	6.524	1.739	45.531
Transferências	149.088	(147.908)	(1.180)	-	-
PIS e COFINS a recuperar (*)	(60.779)	-	-	-	(60.779)
Baixas	-	-	-	(119)	(119)
Depreciação	(141.289)	-	(2.748)	(2.762)	(146.799)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.528.094	33.108	47.712	12.970	2.621.884

(\*)Tributos anteriormente contabilizados como parte integrante do custo de aquisição, reclassificados para o ativo circulante.

## 7) Partes relacionadas

### a. Sistema Petrobras

	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010		
	Petrobras	Gaspetro	Total	Petrobras	Gaspetro	Total
<b>Ativo circulante</b>						
Contas a receber	71.473	98	71.571	61.356	1.222	62.578
Efeito cambial sobre a tarifa	20.022	-	20.022	12.163	-	12.163
	<u>91.495</u>	<u>98</u>	<u>91.593</u>	<u>73.519</u>	<u>1.222</u>	<u>74.741</u>
<b>Passivo circulante</b>						
Contas a pagar	-	1.011	1.011	-	10.017	10.017
Evento Escusável	1.226	-	1.226	305	-	305
Repasso de financiamentos (i)	26.482	-	26.482	47.161	-	47.161
Adiantamentos de clientes (ii)	40.966	2.187	43.153	42.696	2.187	44.883
Empréstimos subordinados - nota 7b	-	3.026	3.026	-	2.822	2.822
	<u>68.674</u>	<u>6.224</u>	<u>74.898</u>	<u>90.162</u>	<u>15.026</u>	<u>105.188</u>

	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010		
<b>Passivo não circulante</b>						
Repasso de financiamentos (i)	-	-	-	23.476	-	23.476
Adiantamentos de clientes (iii)	737.160	18.747	755.907	709.364	20.935	730.299
Empréstimos subordinados - nota 7b	-	184.061	184.061	-	163.494	163.494
	<u>737.160</u>	<u>202.808</u>	<u>939.968</u>	<u>732.840</u>	<u>184.429</u>	<u>917.269</u>

### Resultado do exercício

Receita bruta de serviços prestados	877.726	3.324	881.050	847.750	3.233	850.983
Despesas financeiras	(1.595)	(31.363)	(32.958)	9.406	(3.219)	6.187
Variações cambiais	(49.787)	(20.800)	(70.587)	19.995	6.735	26.730

#### (i) Repasse de financiamentos - Petrobras

Tendo iniciado a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil antes da efetiva estruturação organizacional da TBG, a Petrobras firmou contratos de financiamento, no montante de US\$ 415 milhões, para aquisição de materiais e equipamentos com instituições financeiras, sendo a principal delas o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES/FINAME, e com agências de crédito à exportação (ECAs) do Japão (J EXIM) e da Itália (Mediocredito).

Em julho de 1998 foram firmados contratos On-lending entre a Petrobras e a TBG para repasse desses financiamentos à TBG nas mesmas condições contratadas originalmente pela Petrobras.

Para os financiamentos em dólares dos Estados Unidos da América, os prazos variam de 12,5 a 15 anos com spreads de 2,5% a 3% a.a. acima da LIBOR. Nos financiamentos contratados em ienes, os prazos são de 12 anos a taxas variáveis (Japan Long-Term Prime Rate) acrescidas de spreads de 3% a.a. ou taxas fixas de 2,3% a 2,5% a.a. Os financiamentos em liras italianas, posteriormente convertidas em Euros, têm prazos de 10 anos à taxa de 5,17% a.a. e 5 anos à taxa variável (LIBOR) mais 3% a.a.

Esses financiamentos são garantidos por meio do contrato de caução de contas e receitas firmado pela TBG, pela Petrobras, na qualidade de credora caucionária das contas correntes de titularidade da TBG e dos recursos nelas depositados, e pelo Banco do Brasil S.A., como interveniente-anuente.

#### (iii) Adiantamentos de clientes

##### • Petrobras

Refere-se a valor recebido em adiantamento do contrato TCO, aportado pela Petrobras, equivalente a US\$ 302 milhões, que foi destinado ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil conforme previsto no "Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças", e está sendo liquidado através de prestação de serviços num período de 40 anos, a partir de 2001.

Inclui também pré-pagamento para financiamento de expansão do trecho sul, que está sendo liquidado através da prestação de serviço num período de 20 anos, a partir de outubro de 2010, e novas estações de entrega, que serão liquidados através da prestação de serviço, após o término de cada obra.

##### • Gassetro

Refere-se ao pré-pagamento do aluguel, até 2007 em nome da Dataflux, que foi incorporada pela Gassetro em março de 2008, de uma parte da faixa de servidão (área de passagem) do gasoduto pelo período de 20 anos, a partir de 25 de julho de 2001.

#### b. Operações com acionistas

##### Empréstimos subordinados

Conforme previsto no "Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças", a captação dos recursos necessários ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil incluiu aportes de recursos dos acionistas no montante de

US\$ 310 milhões, destinados a comportar o orçamento básico do empreendimento. Deste total, 59% foram registrados como empréstimos subordinados e 41% como capital social, ambos integralizados na proporção da participação societária de cada acionista.

Até abril de 2000, os acionistas eram responsáveis, ainda, pelos financiamentos dos gastos administrativos da TBG, que totalizaram US\$ 19 milhões. Deste total, 50% foram registrados como empréstimos subordinados e 50% como capital integralizado, também na proporção da participação societária de cada acionista.

Os empréstimos junto às agências multilaterais de crédito e às agências de crédito à exportação têm condição prioritária de liquidação e por isso são qualificados como dívidas sênior. Os empréstimos obtidos junto aos acionistas deverão ter liquidação subsequente e por isso são qualificados como empréstimos subordinados. Ambos possuem características de longo prazo.

Os empréstimos subordinados totalizam US\$ 192,4 milhões, remunerados à taxa de juros de 15% a.a., cujo pagamento do principal ocorrerá após a liquidação dos financiamentos das agências multilaterais de crédito.

Os saldos dos empréstimos subordinados em 31 de dezembro de 2011 e 2010, incluindo principal integralmente no longo prazo e juros integralmente no curto prazo, são:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>Passivo circulante:</b>		
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	3.026	2.822
BBPP Holdings Ltda.	1.721	1.605
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda. (*)	712	664
Bear Gás Participações Ltda.	237	221
AEI América do Sul Holding Ltda.	237	221
Total dos demais acionistas	<u>2.907</u>	<u>2.711</u>

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>Passivo não circulante:</b>		
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	184.061	163.494
BBPP Holdings Ltda.	104.662	92.968
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda. (*)	43.309	38.469
Bear Gás Participações Ltda.	14.436	12.823
AEI América do Sul Holding Ltda.	14.436	12.823
Total dos demais acionistas	<u>176.843</u>	<u>157.083</u>

(\*) Mudança da denominação social do acionista Transredes do Brasil Holding Ltda.

As despesas financeiras com juros creditados aos acionistas por conta dos empréstimos subordinados e correção dos dividendos pela SELIC foram:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	31.363	30.862
BBPP Holdings Ltda.	17.834	17.562
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda. (*)	7.380	7.265
Bear Gás Participações Ltda.	2.460	2.421
AEI América do Sul Holding Ltda.	2.460	2.421
Total dos demais acionistas	<u>30.134</u>	<u>29.669</u>

(\*) Mudança da denominação social do acionista Transredes do Brasil Holding Ltda.

#### **Efeito cambial sobre a tarifa**

De acordo com termos contratuais, a tarifa de transporte praticada no ano é fixada em janeiro e mensalmente é calculada a diferença entre o valor apurado em reais com a paridade do dólar norte-americano do dia do recebimento, e a tarifa fixada em reais no início do ano. As diferenças apuradas mensalmente são registradas no resultado do exercício em que são apuradas, gerando um valor a receber ou a ressarcir à Petrobras, mediante compensação na

tarifa de transporte do ano seguinte, considerando as quantidades previstas nos contratos. No exercício de 2011 foi apurado o montante de R\$ 20.022 a ser recuperado, em 2012, via aumento de tarifa (em 2010 foi apurado o montante de R\$ 12.163, recuperado em 2011 via aumento de tarifa).

## 8) Financiamentos de agências multilaterais de crédito

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para informações sobre risco de taxa de juros e moeda estrangeira, veja nota explicativa nº 12 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco.

Em novembro e dezembro de 1998 foram assinados contratos de financiamento com as agências multilaterais de crédito relacionadas a seguir, no montante de US\$ 510 milhões, com prazos variando de 15 a 20 anos, e saques efetuados a partir de 1999, cujos saldos em 31 de dezembro são compostos como se segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	185.527	188.374
Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)	40.862	58.770
Corporação Andina de Fomento (CAF)	33.644	44.816
Banco Europeu de Investimento (BEI)	<u>63.439</u>	<u>62.968</u>
	<u>323.472</u>	<u>354.928</u>
(-) Passivo circulante	<u>(78.639)</u>	<u>(68.240)</u>
Passivo não circulante	<u>244.833</u>	<u>286.688</u>

Abaixo estão demonstrados os vencimentos a longo prazo dos financiamentos de agências multilaterais de crédito:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
2012	-	69.214
2013	65.683	58.344
2014	35.644	31.661
2015	36.297	32.241
2016	37.006	32.871
2017 em diante	<u>70.203</u>	<u>62.357</u>
	<u>244.833</u>	<u>286.688</u>

### Vencimentos do valor nominal do principal e juros dos financiamentos

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
6 meses ou menos	44.314	40.016
6 a 12 meses	44.170	39.855
1-2 anos	73.493	79.247
2-5 anos	122.009	139.412
mais que 5 anos	<u>72.694</u>	<u>100.781</u>
	<u>356.680</u>	<u>399.311</u>

#### Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Contrato de US\$ 240 milhões à taxa de juros LIBOR (variável determinada pelo IADB rate do BID), que em 31 de dezembro de 2011 foi de 0,25%, mais spread de 1,64%. A totalidade do valor contratado foi sacada até dezembro de 2001.

#### Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)

Contrato de US\$ 130 milhões à taxa de juros LIBOR, que em 31 de dezembro de 2011 foi de 0,46% mais spread de 0,27%. A totalidade do valor contratado foi sacada até dezembro de 2000.

### Corporação Andina de Fomento (CAF)

Contrato de US\$ 80 milhões à taxa dos títulos do tesouro americano (TB) de 10 anos, fixada em 5,881% a.a., acrescida de spread de 3% a.a. O valor total contratado foi sacado de uma só vez em 1999.

### Banco Europeu de Investimento (BEI)

Contrato de US\$ 60 milhões à taxa de juros determinada pelo Banco (EIB internal rate), fixada em 7,09% a.a. O valor total contratado foi sacado de uma só vez em 1999.

Os pagamentos do principal e juros dos financiamentos concedidos pelas agências multilaterais de crédito são garantidos pelo Governo Federal (União). Por conta de cada contrato de garantia emitido pela União em favor das mesmas, foram firmados contratos de contra-garantia, tendo como signatários a União, a TBG, a Petrobras e o Banco do Brasil S.A., nos quais a TBG se compromete a vincular as suas receitas à ordem do Tesouro Nacional até a liquidação das obrigações garantidas pela União. O contrato de caução de contas e receitas firmado entre a TBG, a Petrobras, na qualidade de credora caucionária das contas correntes de titularidade da TBG e dos recursos nelas depositados, e o Banco do Brasil S.A., como interveniente-anuente, disciplina a vinculação das receitas mencionadas.

## 9) Impostos e contribuições sociais

A TBG, fundamentada em estudo técnico que prevê geração de lucros tributáveis futuros, reconhece créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O total de prejuízos fiscais acumulados a compensar, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 155.492 (R\$ 259.944 em 2010), que geraram R\$ 52.867 (R\$ 88.381 em 2010) de créditos fiscais a compensar, cuja recuperação está estimada para os seguintes exercícios:

2012	42.096
2013	10.771
	<u>52.867</u>

### a. O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o lucro têm a seguinte origem

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ativo não circulante:		
Prejuízos fiscais a compensar	52.867	88.381
Provisões não dedutíveis temporariamente	<u>2.620</u>	<u>2.465</u>
	<u>55.487</u>	<u>90.846</u>
Passivo não circulante:		
Lucro não realizado em operações com empresa de economia mista	15.243	14.498
Efeito da tributação da variação cambial pelo regime caixa	<u>100.133</u>	<u>158.732</u>
	<u>115.376</u>	<u>173.230</u>

### b. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro líquido do exercício, antes dos impostos	<u>176.199</u>	<u>455.174</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro às alíquotas nominais combinadas (34%)	(59.907)	(154.759)
Efeito de adições permanentes de despesas não dedutíveis	<u>(438)</u>	<u>(345)</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro registrados no resultado do exercício	<u>(60.345)</u>	<u>(155.104)</u>

### c. Provisão para imposto de renda e contribuição social

	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado	60.345	155.104
Aumento (redução) do valor a pagar:		
Pela tributação das perdas (ganhos) cambiais nas dívidas, somente quando realizados (regime de caixa)	58.599	340
Pela adição (exclusão) de provisões na base de cálculo dos tributos (principalmente variação cambial no faturamento - nota 7)	-	(53.949)
Pelo uso de créditos fiscais diferidos	(35.514)	(31.912)
Pela adição (redução) de outros itens	(587)	5.373
Provisão para imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante	<u>82.841</u>	<u>74.956</u>

## 10) Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social, subscrito e integralizado, estava representado por 203.288.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Os acionistas da Companhia, e suas respectivas participações acionárias, são os seguintes:

- 51% - Petrobras Gás S.A. - Gaspetro;
- 29% - BBPP Holdings Ltda. - BBPP;
- 12% - YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda. [\*];
- 4% - Bear Gás Participações Ltda.;
- 4% - AEI América do Sul Holding Ltda.

[\*] Mudança da denominação social do acionista Transredes do Brasil Holding Ltda.

### b. Reservas

#### • Reserva legal

Foi constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social.

#### • Reserva de lucros a realizar

Constituída em decorrência do registro de ganhos em operações cuja realização financeira deverá ocorrer após o término do próximo exercício social, nos termos do artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.

#### • Reserva especial

Constituída com base nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para registrar os lucros que deixarem de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos, assim que permitir a situação financeira da Companhia.

O artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações estipula que o saldo das reservas de lucro, excetuadas as reservas de contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a Assembléia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendo.

O excesso de reservas apurado no encerramento do exercício social de 2011 totaliza R\$ 301.462 (R\$ 316.302 em 2010). Em 2011 R\$ 14.840 foram transferidos para dividendos propostos.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 8 de dezembro de 2010, os acionistas reafirmaram o seu entendimento quanto à Reserva Especial, ao aprovarem a manutenção a esse título dos saldos originários dos exercícios sociais de 2006 a 2010, e eventualmente nos exercícios subsequentes, enquanto permanecerem vigentes as condições que lhe dão fundamento.

### c. Remuneração dos acionistas

Está assim demonstrado o montante da remuneração dos acionistas:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro líquido do exercício	115.854	300.070
Realização da reserva de lucros a realizar	133.306	2.742
Transferência da (retenção na) reserva especial	<u>14.840</u>	<u>(128.812)</u>
Dividendos propostos	<u>264.000</u>	<u>174.000</u>
Sendo:		
Dividendo a pagar - passivo circulante	206.073	152.776
Dividendo adicional proposto - patrimônio líquido	57.927	21.224

A Companhia reconhecia a totalidade dos dividendos propostos em conta do passivo circulante. Visando atender a conceituação de obrigação presente que consta do item 8 da Interpretação Técnica ICPC 08/09, apenas a parcela do dividendo mínimo obrigatório, que se caracterize efetivamente como uma obrigação legal, foi registrada no passivo. Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o mínimo obrigatório é de 50% do lucro líquido. Ao mínimo obrigatório de R\$ 57.927, foram acrescentadas parcelas das reservas de lucros a realizar pelo montante de R\$ 133.306 e reserva especial pelo montante de R\$ 14.840, totalizando R\$ 206.073 de dividendos a pagar no passivo circulante. A proposta encaminhada à Assembléia Geral Ordinária é de R\$ 264.000, restando R\$ 57.927 como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

## 11) Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações. Alguns processos foram classificados como sendo de risco possível. Os mais relevantes estão a seguir mencionados, porém a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, não espera perdas financeiras nas ações em curso e,

portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações contábeis.

### Contingências passivas

- Ação indenizatória ajuizada pela MPE - a MPE, empreiteira contratada para obras do projeto Confiabilidade, pleiteia a condenação da TBG ao pagamento de indenização de perdas e danos em razão de suposto desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor máximo de exposição da TBG é de R\$ 83.808. Por outro lado a TBG ajuizou ação pleiteando a condenação da MPE a pagamento de indenização de perdas e danos em razão dos sucessivos inadimplementos contratuais. O valor pleiteado atualizado é de R\$ 54.362.

- Ação indenizatória ajuizada pela Mendes Junior Trading e Engenharia S.A., pleiteando indenização por conta de prejuízos decorrentes da alta dos preços de produtos e materiais e da variação cambial ocorridos no curso da execução dos contratos de prestação de serviços. O valor máximo de exposição da TBG é de R\$ 29.510.

### Contingências ativas

#### • Recuperação de PIS e COFINS

A TBG ajuizou ação ordinária contra a União perante a justiça federal da seção judiciária do RJ, referente a recuperação, por meio de compensação, dos valores recolhidos a título de PIS incidente sobre receitas financeiras, no período compreendido entre fevereiro de 1999 e novembro de 2002 e COFINS, compreendido entre fevereiro de 1999 e janeiro de 2004, considerando a inconstitucionalidade do §1º do art 3º da lei nº 9.718/98. O valor histórico de R\$ 11.999 relativo à citada ação não está refletido nas demonstrações contábeis.

#### • ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A TBG ajuizou em agosto de 2008 Mandado de Segurança para excluir das bases de cálculo do PIS e da COFINS os valores pagos a título de ICMS. Em 18 de setembro de 2008, foi publicada decisão do juiz suspendendo o feito por 180 dias, tendo em vista a decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADC 18/2007, que determinou a suspensão de todos os processos relacionados à matéria.

## 12) Instrumentos financeiros e gestão de risco financeiro

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros, e durante o exercício não efetuou aplicações de caráter especulativo, seja por meio de instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Companhia são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme o quadro abaixo:

### Instrumentos financeiros

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	90.082	80.767
Aplicações financeiras vinculadas	5	32.577	31.504
Contas a receber	7a	91.593	74.741

### Instrumentos financeiros

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<b>Passivos</b>			
Fornecedores		20.049	39.934
Contas a pagar, incluindo adiantamentos - empresas do Sistema Petrobras	7a	1.014.866	1.022.457
Empréstimos e financiamentos	8	323.472	514.722

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

#### a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Tendo em vista o contrato de caução de contas e receitas, a Companhia realiza operações com o Banco do Brasil S.A., o que faz com que este risco seja reduzido.

Não há risco de crédito considerado em relação ao único cliente, Petrobras, que nos treze anos de operação da Companhia sempre efetuou os pagamentos de faturas dentro dos prazos contratados.

#### b. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio do dólar norte-americano e do Iene japonês.

A viabilização financeira do projeto da Companhia baseou-se na contratação de empréstimos e aportes de acionistas, indexados substancialmente ao dólar norte-americano, conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 7 e 8.

A exposição cambial da Companhia em 31 de dezembro de 2011 está concentrada em seus empréstimos e financiamentos, com instituições financeiras e acionistas, em dólar norte-americano, no montante de R\$ 716.790.

Os adiantamentos recebidos da Petrobras e da Gaspetro (Nota Explicativa nº 7) cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 785.060 (R\$ 775.182 em 2010), embora incluam parcela vinculada ao dólar, não são considerados em risco, tendo em vista que sua liquidação dar-se-á através da prestação de serviços de transporte.

### Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para os instrumentos financeiros com risco de taxa de câmbio, considerando que o cenário provável representa o saldo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2011, e que os cenários possível e remoto representam o efeito decorrente da variação na cotação da taxa cambial, de 25% e 50%, respectivamente:

	Cenários		
	Provável (saldo)	Possível	Remoto
Empréstimos e financiamentos	716.790	179.198	358.395

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8, as receitas de serviços de transporte são atreladas à variação do dólar norte-americano, conferindo proteção cambial congênita a longo prazo.

Para os compromissos de curto prazo, a Companhia tem como política minimizar o impacto das variações cambiais, através da aplicação de recursos em fundos cambiais atrelados à variação do dólar norte-americano, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4.

#### c. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com gastos de capital, pagamentos de empréstimos, despesas operacionais, tributos e dividendos. Historicamente as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por recebíveis e realizáveis de curto e longo prazos e prestação de serviços de transporte. Estas origens de recursos somadas à posição financeira da Companhia tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital necessários à sua operação.

#### d. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus passivos financeiros.

Visando à mitigação desse tipo de risco, os empréstimos e financiamentos da Companhia foram contratados com taxas de juros fixas e variáveis. Parte substancial da dívida tem taxas de juros fixas, e aquelas sujeitas às taxas variáveis foram contratadas junto a instituições multilaterais de crédito ou agências

de crédito à exportação que historicamente têm volatilidade menor que as taxas de mercado. Os saldos dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2010 estão assim distribuídos com relação às taxas de juros:

Total com taxas fixas	463.436
Total com taxas variáveis	253.354
	716.790

O custo médio ponderado dos empréstimos e financiamentos em 2011 foi de 3,41% (3,52% em 2010).

#### e. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, financiamentos, fornecedores e contas a pagar a empresas do sistema Petrobras estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia são equivalentes aos seus valores contábeis.

### 13) Cobertura de seguro

O Gasoduto Bolívia-Brasil encontra-se segurado contra riscos de danos materiais, interrupção de negócios e responsabilidade civil. As coberturas foram contratadas pela Petrobras em nome da TBG. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os valores em risco e os limites máximos de indenização são os seguintes, em milhares de dólares norte-americanos:

Riscos segurados	Valor em risco US\$ mil	Limite máximo de indenização US\$ mil
Danos materiais	1.431.430	100.000
Perda de receita bruta	478.826	119.700
Responsabilidade civil	250.000	250.000

O limite máximo de indenização confere à Companhia a necessária cobertura securitária considerando as características do bem segurado, a probabilidade de ocorrência de sinistros e seu valor de reposição.

## 14) Remuneração de pessoal (em reais)

No exercício de 2011, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes pela Companhia, pagas no mês de dezembro, foram, respectivamente, de R\$ 47.865,90 e R\$ 40.373,97 (R\$ 43.235,39 e R\$ 38.554,90 em 2010).

A maior e menor remuneração atribuída a componentes da força de trabalho, foram, respectivamente, de R\$ 32.106,46 e R\$ 3.140,33 (R\$ 29.000,51 e R\$ 2.615,85 em 2010). A remuneração média, paga em dezembro, foi de R\$ 10.619,54 (R\$ 9.860,10 em 2010).

## 15) Plano de previdência complementar

A partir de 1º de agosto de 2009 a Companhia implementou o Plano de Previdência Complementar, denominado Plano Petros TBG. O Plano Petros TBG está estabelecido na modalidade de contribuição definida, para os benefícios previdenciários e possui contribuição variável para os benefícios de risco.

As coberturas de risco abrangem, para o participante, renda de auxílio doença, renda de aposentadoria por invalidez, e pecúlio por invalidez, e para seus beneficiários abrange pecúlio por morte e renda de pensão por morte.

As contribuições definidas destinam-se à formação de reserva para aposentadoria, possuindo as modalidades de renda de aposentadoria normal, renda de aposentadoria antecipada, e renda de aposentadoria diferida, e foi reconhecida no resultado do exercício conforme as contribuições são efetuadas. No exercício de 2011 a contribuição da Companhia para este plano foi de R\$ 2.307 (R\$ 1.502 em 2010).

Em 6/8/2010, a Administração da Companhia dirigiu expediente à Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, requerendo a adesão da Companhia ao Plano Petros 2 e retirada do patrocínio ao Plano Petros TBG, em conformidade com cláusula específica constante do Acordo Coletivo de Trabalho assinado em 11 de dezembro de 2009. Há expectativa de migração para o Plano Petros 2 no primeiro semestre de 2012.

## Administração

MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER  
**PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

RICHARD OLM  
**CONSELHEIRO**

JOSEILTON GONÇALVES  
DOS SANTOS  
**CONSELHEIRO**

CYNTHIA SANTANA SILVEIRA  
**CONSELHEIRA**

ROBERTO SCHLOESSER JUNIOR  
**CONSELHEIRO**

JORGE MAURICIO MICHEL DONOSO  
**CONSELHEIRO**

LUCIANA BASTOS DE FREITAS RACHID  
**DIRETORA SUPERINTENDENTE**

ANANIAS FIGUEREDO  
DE SOUZA  
**DIRETOR DE MANUTENÇÃO  
E OPERAÇÃO**

ANTONIO SERGIO  
DE CAJUEIRO COSTA  
**DIRETOR COMERCIAL**

LAIR JESUS PEREIRA DE OLIVEIRA  
**DIRETOR FINANCEIRO**

ROBSON NUNES RIBEIRO  
**GERENTE DE CONTROLADORIA**

RICARDO SOUZA DE HOLANDA  
**CONTADOR - CRC-RJ-040722/0-2**

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Conselheiros e aos Acionistas da  
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.  
- TBG  
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº. 10, a Companhia, em 31 de dezembro de 2011, excedeu o limite legal do valor das reservas de lucros. Considerando que em exercícios anteriores os acionistas já evidenciaram a sua preferência pelo recebimento de dividendos, ao invés da incorporação dos lucros ao capital social, os acionistas em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 8 de dezembro de 2010, aprovaram, em unanimidade, a manutenção dos saldos das reservas de lucros.

Conforme divulgado nas notas explicativas nºs. 1 e 7, as operações da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG são basicamente efetuadas com empresas do Sistema Petrobras e, portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto.

## Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2012.



KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/0-6 F-RJ

Vânia Andrade de Souza

Contadora CRC RJ-057497/0-2

## Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A., no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório da Administração, representado pelo Relatório Integrado de Atividades, e procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório da Auditoria Independente.

Considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, com base na análise da documentação apresentada, nas informações prestadas pela Diretoria Financeira e no Relatório da KPMG, que declara que as Demonstrações Contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da TBG em 31 de dezembro de 2011, o Conselho Fiscal, por unanimidade, entende que as referidas Demonstrações Contábeis e o Relatório Integrado de Atividades estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

A Administração da Empresa propõe a distribuição de dividendos no valor de R\$ 264.000.000,00 provenientes da destinação integral do resultado do exercício de 2011, representado pelo lucro líquido de

R\$ 115.854.035,95, já deduzido o valor de R\$ 6.480.000,00 a ser pago a título de Participação nos Lucros e Resultados, mais a realização de reservas de lucros de R\$ 148.145.964,05, sendo R\$ 133.306.475,11 da reserva de lucros a realizar e R\$ 14.839.488,94 da reserva especial.

Com a realização de parte da reserva especial, no valor de R\$ 14.839.488,94, o saldo das reservas de lucro ultrapassa em R\$ 301.462.067,32 o limite estipulado no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações. Considerando que em exercícios anteriores os acionistas já evidenciaram a sua preferência pelo recebimento de dividendos, ao invés da incorporação dos lucros ao capital social, os acionistas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de dezembro de 2010, aprovaram, por unanimidade, a manutenção dos saldos das reservas de lucros.

Considerando as informações econômico-financeiras apresentadas pela Administração da TBG, o Conselho Fiscal opina, por unanimidade, que a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encontra-se apta a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2012.

Hubert Georg Deierl

Manuel Domingues de Jesus e Pinho

Júlio César Gonçalves Corrêa

